

ARTIGO

MÍDIA E DITADURA MILITAR: UMA DISCUSSÃO SOBRE O PROGRAMA AMARAL NETO, O REPÓRTER¹

Resumo

O presente artigo aborda em linhas gerais a relação entre a mídia e a Ditadura Militar, enfatizando o papel da televisão, tendo como foco o programa Amaral Neto, o Repórter, exibido pela TV GLOBO, no período de 1968 a 1983.

Palavras-Chave:

Ditadura militar; jornalismo; televisão.

Abstract

This article discusses in general terms the relationship between the media and the military dictatorship, emphasizing the role of television, focusing on the Amaral Neto, O Repórter program, broadcast by TV Globo, in the period 1968-1983.

Keywords:

Military dictatorship; journalism; television.

* Doutora em História. Professora do Curso de História e dos Programas de Pós-graduação em Letras e em Sociedade e Fronteiras da UFRR.

¹ Uma primeira versão desse texto, intitulada O “Brasil Grande” e o programa Amaral Neto, o Repórter, foi apresentada no 3º Encontro Regional Norte de História da Mídia: 50 anos do Golpe Militar no Brasil, em 10/04/2014, na Mesa Redonda: Memória e patrimônio histórico amazônico, a qual foi publicada no Jornal da ALCAR, Ano 3 - nº 14 - Segunda fase – Junho de 2014.

A implantação de um regime autoritário em uma nação é sempre um processo traumático. A complexidade dos fatores e motivos que levam a sua instauração, bem como as estratégias e os mecanismos de legitimação, manutenção e sobrevivência que lançam mão remetem sempre a situações plurais eivadas de singularidades. No campo das ciências humanas e sociais, a elaboração de explicações que nos permitam compreender estas conjunturas complexas aponta, inevitavelmente, para o estudo da forma como os regimes autoritários se veem, se definem e de que maneira propagam esta visão para sociedade. Este processo visa, de modo geral, a construção de um consenso que corrobore a existência do regime, consenso este geralmente construído em um ambiente antidemocrático, onde a liberdade de pensamento e de expressão sofrem pesadas restrições ou interdições.

O século XX apresentou a humanidade um tipo de autoritarismo no qual a força bruta se juntou ao uso eficiente dos meios de comunicação de massa e da tecnologia. Todos os regimes de orientação fascista implantados na Europa, na primeira metade do século XX, souberam aliar estes dois instrumentos vigorosos, visando não só coagir mas, acima de tudo, persuadir. O nazismo alemão foi emblemático e criou uma espécie de modelo, que demonstrou cabalmente que a montagem de uma máquina de comunicação e propaganda era imprescindível para tocar corações e mentes, tornar “reais” e próximas do homem comum uma certa visão de mundo. Os recursos midiáticos à discursos e a ideologias, dando vida à projetos de sociedade impregnados de representações constituídas por meio da palavra, de sons e de imagens, propagadas por veículos inovadores como o rádio e o cinema. O século XX mostrou que no jogo do poder não era mais possível desconsiderar o que chamamos hoje de opinião pública, ainda que amordaçada e cerceada por formas cruéis de repressão política.

No caso brasileiro, vivemos dois períodos em que o país vigorou no país regimes ditatoriais: o Estado Novo, de 1937 a 1945, e o Regime Militar, de 1964 a 1985. De modo geral, ambos, guardando as devidas diferenças entre eles, se espelharam no modelo mencionado acima. Ambos souberam aproveitar com eficiência e eficácia os recursos midiáticos ao seu dispor, inclusive porque ambos arrogavam a modernidade, se colocando como arautos de uma renovação não só querida como necessária.

No primeiro período ditatorial houve a montagem de uma máquina estatal de divulgação e propaganda, assim como de uma estrutura de repressão política e social, que, atuando articuladamente, engendrou um novo tipo de relação entre o Estado e a sociedade civil e entre o Estado e os meios de comunicação, e seus proprietários. Contemporânea do nazifascismo europeu, a ditadura varguista, contudo,

baseava-se no poder civil, e soube articular com maestria o aparato de repressão ao de propaganda, no qual Departamento de Imprensa e Propaganda-DIP desempenhava um papel-chave. Ao lado da imprensa, o rádio e o cinema tornaram-se ferramentas de amplificação de um poder personalista e autoritário que emanava da liderança incontestada de Vargas. Bons exemplos disso foram a Rádio Nacional e os noticiários produzidos pelo DIP que antecediam as sessões de cinema.

O período ditatorial seguinte já pode se espelhar na experiência varguista de controle e repressão da sociedade civil, ainda que politicamente e ideologicamente os protagonistas do Golpe Militar de 1964 estivessem em campos opostos dos herdeiros de Vargas. Anos de Guerra Fria também separavam os dois períodos, o que, contudo, só reafirmou a importância do uso da tecnologia e dos meios de comunicação no jogo de poder. Além disso, os militares que tomaram o poder em 1964, assim como os civis que dele participaram, contavam com mais um importante veículo de comunicação, a televisão, que como o rádio era e é viabilizada por meio de concessão estatal.

Cumprido esclarecer que, para começar a conversa e evitar maniqueísmos, reduções ou simplificações, passados 50 anos estamos construindo uma visão muito mais aprofundada deste período. Neste sentido, Daniel Aarão Reis apresenta dois argumentos interessantes para pensar a questão: primeiro, que “a ditadura, desde o início, sempre suscitou oposições”, acirradas nos últimos anos da década de 1970; segundo, que a longevidade do regime estava alicerçada em “apoios, extensos e consistentes”, advindos de vários setores da sociedade civil e da população em geral, apontando como exemplo os altos índices de popularidade alcançados pelo general presidente Emílio Garrastazu Médici e as expressivas votações na Aliança Renovadora Nacional (ARENA) (2010, p. 173-174).

Partindo daí, esta breve discussão que trazemos sobre a relação entre a mídia e o Regime Militar apoia-se no fato de que “parte dos civis apoiou o golpe e participou da condução do processo político entre abril de 1964 até 1985, quando a maior parte da historiografia localiza o fim daquela ditadura”, o que justifica a crescente adoção dos termos “Golpe civil militar” e “Ditadura civil militar”, como assinala Melo. Lembra o autor, então, que o melhor caminho não é “vítimizá-la a sociedade”, seja escamoteando as várias frentes de apoio de civis, seja difundindo uma visão igualmente errônea que “o golpe e a ditadura constituíram-se em oposição à sociedade civil” (2012).

Contudo, não podemos negligenciar a “ação efetiva das elites civis”, da Igreja Católica e da imprensa. No obstante, segue o autor, a ação dos conglomerados

empresariais e de empresas dos mais variados setores, notadamente daqueles considerados estratégicos para o desenvolvimento do país, participaram ativamente das mudanças “na estrutura do capitalismo brasileiro” e na viabilização do “projeto de classe que tomou o aparelho de Estado em 1964”. Melo explica que:

...uma das resultantes do processo de aceleração da acumulação capitalista conhecido naqueles anos foi, além de uma expansão da fração do capital ligada à indústria de bens duráveis, o fortalecimento de outras frações das classes dominantes nacionais cujos agentes teriam maior peso sobre o Estado no período subsequente. Como exemplos eloquentes, pensemos o empresariado ligado à construção civil (como os grupos Camargo Corrêa, Andrade Gutierrez, Mendes Júnior e Odebrecht), à indústria pesada (Gerda, Votorantim, Villares, entre outros), sem esquecer o sistema bancário (de que são exemplares os grupos Moreira Salles, Bradesco e Itaú), grupos capitalistas que construíram seus “impérios” naquele contexto (2012).

Nesta seara, as relações entre o regime e o empresariado de mídia, que nos interessa enfocar, e o regime devem ser discutidas neste contexto. Sem rotulá-las simplesmente de colaboracionistas, Melo explica que a atuação dos grandes grupos monopolistas do setor de comunicação foi fundamental na preparação e legitimação do golpe e do regime, O Globo, Folha de São Paulo, O Estado de São Paulo, Grupo Abril (Revista Veja) desempenharam papel importante quando “nos idos de março de 1964 venderam a versão de que era Jango quem pretendia dar um golpe, perpetu-

Campanha do Governo, 1970



Anúncio da Ford, 1970



Fonte: <http://memoriasoswaldohernandez.blogspot.com.br/>

ando-se no poder e abrindo o espaço para que a “infiltração comunista” tomasse o poder” e seguiram camuflando as atrocidades do governo, assim como defendendo as suas “benesses modernizantes” (2012). Os grupos empresariais de comunicação massa, tal qual as empresas de outros setores, também se beneficiaram da política desenvolvimentista e modernizante do regime, sendo as Organizações Globo o seu exemplo mais bem acabado.

Segundo Carlos Fico, montou-se um sistema que institucionalizou as “comunidade de segurança” e “comunidade de informações, argumenta ele:

Penso que só o estudo conjunto dos pilares básicos da repressão (espionagem, polícia política, censura da imprensa, censura de diversões públicas, propaganda política e julgamento sumário de supostos corruptos) permite compreender que, a partir de 1964, gestou-se um projeto repressivo global, fundamentado na perspectiva da “utopia autoritária”, segundo a qual seria possível eliminar o comunismo, a “subversão”, a corrupção etc. que impediria uma caminhada do Brasil rumo ao seu destino de “país do futuro” (2004, p. 36).

Para execução deste ambicioso projeto, a repressão, o autoritarismo e as alianças com setores civis, portanto, foram estratégicas. Nas palavras do veterano jornalista Audálio Dantas, “a participação da mídia nos acontecimentos que levaram ao golpe militar de 1964 contribuiu de maneira decisiva para a implantação da ditadura que dominaria o país por 21 anos”. Segundo ele, o alinhamento do empresariado nacional, incluindo os do setor de comunicações era flagrante, diz ele: “os grandes jornais do eixo Rio-São Paulo vinham, simultaneamente à conspiração que avançava nos quartéis, ampliando a cada dia o espaço para respaldo ao movimento”. Como exemplo disso, dirigentes de grandes empresas jornalísticas, como O Estado de São Paulo, O Globo e a Tribuna da Imprensa, “faziam questão de alardear a sua condição de conspiradores” (2014, p. 65-67), ou seja, mais do que apoiadores foram partícipes e agentes.

Segundo Dantas, a mídia tornou-se um poderoso instrumento ideológico na preparação e, mais tarde, no respaldo ao regime militar. Em seu relato lembra que “os aplausos da mídia ao golpe não impediram que, uma vez instalados no poder, os militares desfechassem uma furiosa ofensiva contra participantes do governo deposto e cidadãos acusados de atividades esquerdistas”. Ninguém ficou de fora, jornalistas, professores, intelectuais, políticos e cidadãos conários ao regime ou suspeitos de atividades subversivas foram presos e submetidos à tortura; direitos políticos foram cassados. Segundo o jornalista, “rapidamente o golpe que fora saudado como uma revolução revelava a sua verdadeira face” (2014, p. 68).

O ambiente de franca Guerra Fria no qual a Ditadura Militar brasileira se implantou, demonstrava quão estratégico é o controle de informações em todos os níveis. Maria Aparecida Aquino, explica que este controle se efetivou em duas frentes: uma, visava coletar informações sobre a sociedade como um todo, por intermédio de vários órgãos, tais como o Serviço Nacional de Informações (SNI) e o(s) DOI/CODI(s) (Departamento de Operações de Informações - Centro de Operações de Defesa Interna) e os DOPS (Departamento de Ordem Política e Social) estaduais, e tinham uma tarefa repressiva e punitiva, ou seja, “detectar e punir toda e qualquer tentativa explícita ou implícita de “subversão” à ordem instaurada”; a outra visava “para preservar a imagem do regime”, através do controle da informação que circularia na sociedade, que seria veiculada à população brasileira, sendo necessário exercer um rígido controle dos veículos e meios de informação (1999, p. 15), que teve na censura o seu instrumento mais visível e truculento.

Fico acrescenta que “não houve uma censura durante o regime militar, mas duas”: censura da imprensa era “revolucionária” e era “regulamentada por normas ostensivas”, efetivando-se de “maneira acobertada, através de bilhetinhos ou telefonemas”; a “segunda era antiga e legalizada, existindo desde 1945 e sendo familiar aos produtores de teatro, de cinema, aos músicos e a outros artistas”, era “praticada por funcionários especialistas (os censores) e por eles defendida” e baseava-se na

Anúncio do Dia Panamericano da Propaganda, 1970



Fonte: <http://memoriasoswaldohernandez.blogspot.com.br/>

“longa e ainda viva tradição de defesa da moral e dos bons costumes, cara a diversos setores da sociedade brasileira” (2004, p. 37). Ressalta-se que este controle passou por diferentes fases e gradações, as quais não trataremos aqui, mas, de maneira geral, tinham como mediadores internos ao regime as contradições entre a linha dura e os seus críticos militares e civis e a resistência impressa pela sociedade, notadamente a partir da segunda metade da década de 1970. Mas a tônica das relações entre a mídia e o Regime está bem representada no texto do anúncio abaixo.

O enquadramento dos meios de comunicação no período da Ditadura Militar se deu por dois caminhos, voluntariamente ou involuntariamente. No primeiro caso, houve a adesão e a colaboração, tendo prevalecido enaltecimento laudatório, como no anúncio acima, ou o abrandamento das cores fortes do Regime, que ganhavam tons de missão, de tarefa cívica, de destino nobre cumprido com energia. Uma frase de efeito do anúncio mostra bem isso: “Esta certo o presidente (Médici), governar não é apenas decidir e ordenar, mas principalmente comunicar”.

No segundo caso, as pressões vinham basicamente da censura e da interferência nos negócios das empresas. Aquino, referindo-se à mídia impressa explica que os “acordos/ordens” emitidos pelo regime tinham a finalidade de decidir sobre o que devia ou não ser publicado, implicando também em uma autocensura. Embora eventuais resistências tenham ocorrido (figuradas, nas entrelinhas, subliminares ou contrariando os ditames da censura), houve um controle eficiente exercido pelo “Estado que, para proteger seus interesses, interfere na divulgação de informações, determinando o que pode ou não ser veiculado (1999, p. 222).

Com a televisão não foi diferente, principalmente por que através dos aparelhos de TV a disseminação de discursos e imagens tornou-se assim mais eficaz e a Ditadura Militar levou a sério o dito popular que diz que uma imagem diz mais que mil palavras. Neste aspecto, a televisão reunia em um mesmo veículo jornalismo, diversão, propaganda, por meio do som (como o rádio) e das imagens, cada vez mais vivas e reais com os avanços tecnológicos verificados no período.

O aparelho de televisão, nas décadas de 1960 e 1970, começou a baratear de preço e a se popularizar. Segundo dados compilados por Maria Luíza Baracho, em 1960, eram 600 mil aparelhos; em 1970, chegavam a 4.600.000; e em 1979, eram 16.700.000 televisores, dos quais 4.530.000 em cores (2007, p. 5). A televisão potencializou o uso das imagens, notadamente nos programas noticiários diários, os quais já faziam parte do cotidiano dos brasileiros por meio do rádio, trazendo para a apresentação das notícias o movimento da vida vivida, notadamente a partir da introdução do *videotape* e mais tarde das transmissões via satélite. Aos noticiários,

somavam-se as novelas e os programas de variedades cada vez mais diversificados, tendo em vista a concorrência entre as emissoras medida pelo IBOPE. Conquistar telespectadores e anunciantes dependia do produto oferecido, o qual dependia de uma série de fatores, inclusive de ordem técnica e humana. A medida que TV se fazia presente em mais lares, a audiência se tornava mais exigente e ávida por novidades.

A intervenção do Estado na economia e a montagem de uma infraestrutura pelo governo eram elementos importantes do projeto “modernizante” instaurado no país. Isso implicou em um enquadramento das emissoras, no estabelecimento de “trocas” que deveriam atender aos projetos e interesses das duas partes. Ao estabelecer uma relação pactuada e dócil com o Regime, as emissoras visavam minorar a intervenção da censura nas suas atividades e em seus negócios.

Esta relação marcou sobremaneira a consolidação da televisão como um veículo de comunicação de massas. Sobre isso, Itania Gomes, aponta que a consolidação da televisão brasileira está associada ao projeto de modernização e desenvolvimento do Regime e às suas políticas de Segurança Nacional e de integração nacional. Informa que no bojo deste projeto conjunto, sobressai a criação da Empresa Brasileira de Telecomunicações (EMBRATEL), em 1965, como uma ação fundamental desta política modernizadora para setor das telecomunicações, que por meio da criação e implantação de um aparato técnico possibilitou que o telefone e a televisão (via satélite) interligassem às regiões mais afastadas do país e também o Brasil ao resto do mundo (2010, p. 7). Em 1969, vimos em tempo real a chegada do homem à lua e, em 1970, a Copa do Mundo e a conquista do tricampeonato do futebol. As transmissões via satélite tornavam realidade o Brasil grande, moderno e integrado, a “menina dos olhos” do Regime Militar.

Este tipo de relação assentava-se, na visão de Itania Gomes, as seguintes bases: as emissoras controlavam a produção de conteúdo das suas programações, em troca o governo viabilizava a infraestrutura necessária para a consolidação da indústria televisiva e o apoio político para a aprovação da legislação de seu interesse. Como exemplo disso, a autora cita um protocolo de autocensura, assinado pela TV Globo e a TV Tupi em 1973, no qual se comprometiam a regular a produção dos conteúdos exibidos (2010, p. 8).

Neste contexto *sui generis* surge a TV Globo, em 1965. O complexo ambiente sócio político, anterior e posterior ao Golpe Civil-Militar de 1964 marcou a implantação e a consolidação da poderosa Rede Globo. Na visão das pesquisadoras Kátia Krause (2013) e Itania Gomes (2010), a emissora já nasceu imersa nas relações que articulavam os interesses da elite brasileira e do governo militar, os quais implicaram

a submissão da emissora à ideologia da Segurança Nacional e à censura, enquanto se transformava na principal emissora de televisão do país.

A exemplo de outros grupos empresariais de mídia, a Globo é um dos melhores exemplos da relação subserviente e cooperativa estabelecida entre o Regime Militar, os meios de comunicação e o empresário nacional. A caminhada da TV Globo até chegar a ser líder de audiência foi pavimentada pela articulação entre uma estratégia de acomodação às “regras do jogo” e uma gestão empresarial afinada com o mercado e o lucro. O “pacto” estabelecido entre a TV Globo e o Regime Militar foi, portanto, um dos pilares fundadores do decantado “padrão Globo de qualidade”, que lhe garante até os dias de hoje altos índices de audiência e um fluxo de caixa equivalente a outras gigantes do setor espalhadas pelo mundo.

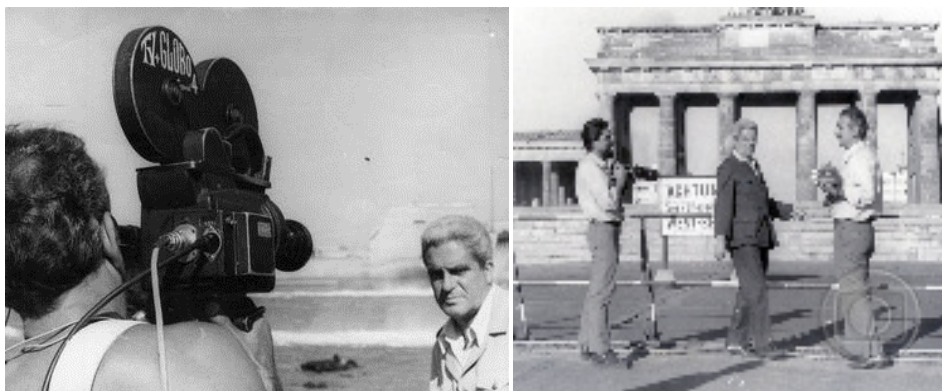
Vários programas que figuraram e figuram na grade de programação da TV Globo foram estratégicos para as boas relações da emissora com o Regime Militar, como o *Jornal Nacional* que está no ar sem interrupções desde 01 de setembro de 1969 (GOMES, 2010, p. 6). Contudo, um programa merece destaque quando pensamos na relação da mídia com os Governos Militares e, também, quando pensamos na relação entre o Regime e a Amazônia, o programa *Amaral Neto, o Repórter*. Para muitos brasileiros, como eu, por exemplo, as primeiras e surpreendentes imagens de um Brasil imenso e desconhecido chegaram pelos *takes* e narrações do jornalista e político Fidélio do Amaral Neto.

A trajetória de Amaral Neto (1921-1995) – registrada no Dicionário Histórico-Biográfico Brasileiro (DHBB/FGV) e nos sites Memória Globo e O Globo (nostalgia) – foi marcada desde o seu início pelos vínculos com o poder civil e militar, mediados por sua atuação como jornalista, e por sua vinculação às ideias ultraconservadoras. Em 1939, aos 18 anos, ingressou na *Escola de Marinha Mercante* e, em 1947, começa a sua carreira de jornalista, no jornal *Correio da Noite*, no Rio de Janeiro, tendo trabalhado nos principais jornais do período, como o *Correio da Manhã*, *Diário da Noite*, *O Jornal*, *Gazeta de São Paulo*, *Tribuna da Imprensa*, além de ter editado a revista *Maquis* (1957-1962), veículo de oposição aos governos de Juscelino Kubitschek e de João Goulart. Junto a isso, teve uma vida política longa e movimentada como deputado federal. Durante seus 30 anos de vida política esteve ligado à UDN (1960-1966), ao MDB (1966-1967), à Arena (1967-1979), ao PDS (1980-1993) e ao PPR (1993-1995), nos últimos períodos se notabilizando pela defesa da instituição da pena morte.

Colaborou como redator em alguns programas para a televisão, mas ganhou notoriedade neste veículo ao criar um programa cujo formato inovador aliava o jorna-

lismo ao documentário. O programa *Amaral Neto, o Repórter* estreou na TV Tupi em maio de 1968 e em dezembro do mesmo ano passou a ser exibido pela TV Globo, permanecendo no ar durante 15 anos, até 1983. Amaral Neto fazia as reportagens, a locução e a apresentação do programa, enquanto a direção geral, a montagem e boa parte das imagens eram feitas pelo repórter cinematográfico mexicano radicado no Brasil, Chucho Narvaez, (KRAUSE, 2013, p. 1).

Amaral Neto e Chucho Narvaez em *Amaral Neto, o Repórter*



Fonte: <http://oglobo.globo.com/blogs/nostalgia>

De acordo com os sites Memória Globo e O Globo (nostalgia), a proposta do programa, no formato reportagem-documentário, “era explorar territórios, paisagens, costumes e tradições brasileiras desconhecidos pelo grande público”. Foi exibido de 07/12/1968 até 1983, aos domingos, até 1970, passando depois para os sábados, sempre às 22h30. Ainda segundo o site, o “forte tom de aventura” e a “exaltação ufanista” davam forma aos temas abordados, afinados com o ideal de “Brasil grande” e da integração nacional. Com uma hora de duração, o programa transbordava o “espírito desbravador nas reportagens”, o que, segundo seu criador, era “fundamental para competir com os seriados norte-americanos da época e conquistar o público”. O rol de assuntos pautados para o programa era muito variado, tais como “a pesca da baleia no litoral do Rio Grande do Norte, as Cataratas de Foz do Iguaçu e as atividades dos pelotões de fronteira na selva amazônica”.

Amaral Neto



Fonte: <http://oglobo.globo.com/blogs/nostalgia>

Ainda segundo informações do site, antes das transmissões via satélite “a equipe viajava pelo Brasil, gravava três programas e mandava, por avião, para o Rio”, primeiro em 16 milímetros e depois em *videotape*. Posteriormente, se beneficiou largamente dos avanços tecnológicos em curso, sendo o “pioneiro na utilização do então sofisticado equipamento com som ótico (capaz de gravar imagem e som)”. A equipe do programa percorreu o território brasileiro “em busca de imagens fortes”, sendo alvo de suas pautas “parques nacionais e monumentos históricos pelos quatro cantos do país” e, ainda reportagens internacionais, como “a rotina de paraquedistas portugueses em Moçambique, a vida dos leões-marinheiros no extremo sul da Argentina”, o “suposto local de origem do café na África” e uma entrevista com “Hailé Selassié, então imperador da Etiópia”. Um dos programas de maior sucesso foi sobre o fenômeno da pororoca, cujas filmagens foram realizadas em Macapá. Em dezembro de 1973 foi gravado um programa sobre Roraima. Um dos aspectos que marcou a trajetória do programa foi a qualidade técnica, algo que ainda carecia no audiovisual brasileiro. Por outro lado, a produção do programa contava com um aparato de peso, pois para viabilizar todas essas “aventuras”, sua produtora contou com o suporte da TV Globo e com todo apoio logístico do Exército, da Marinha e da Aeronáutica.

O programa Amaral Neto, o Repórter inaugurou um estilo que daria frutos, o programa Globo Repórter é o mais notório e perene. Thales Andrade informa que foi uma das primeiras atrações televisivas a sair dos estúdios e dos auditórios, trazendo para dentro dos lares brasileiros “imagens externas e campos ampliados de forma ágil e inusitada, que propiciaram aventuras espetaculares em que o ambiente natural adquiriu especial importância” (2004, p. 2). O programa levava a sério a missão de

penetrar um Brasil “profundo”, de mostrar “o Brasil que o Brasil não conhece”, de propagandear a ideia que o Brasil era o “país do futuro”, apresentando-o por meio de imagens e sons de grande qualidade técnica para a época.

Neste cenário em que o ufanismo e o patriotismo antecederiam e justificavam as mudanças no sentido da modernização capitalista do Brasil, o programa *Amaral Neto, o Repórter* reverenciava e amplificava esse projeto. Thales Andrade argumenta que a abordagem de Amaral Neto militarizava “o relacionamento entre o campo comunicacional e as regiões do país”, as quais foram documentadas nos seus programas. Para o pesquisador, os temas dos programas retratavam o grande “país inóspito”, composto por regiões e paisagens desconhecidas, tratadas geralmente como obstáculos a serem vencidos “na guerra simbólica travada pela nova ordem política contra a rudeza do ambiente natural, as distâncias etc.” (2004, p. 3). Neste sentido, o discurso pró-regime depositava no Estado a grande tarefa de conduzir o país para superação de seus problemas crônicos, viabilizando seu desenvolvimento pleno, e do seu histórico atraso, rumo à modernização das relações sociais, custe o que custar.

No ambiente de guerra interna – explicitado em toda a sua força e crueldade, a partir de 1968 – o território nacional tinha que ser guarnecido e protegido: da subversão e da desobediência promovida pelos inimigos internos; da ganância dos inimigos externos. Na ótica do Regime, algumas partes deste território de dimensões continental eram enquadradas como fronteiras frágeis, carentes da presença e da mão forte do Estado. O discurso nacionalista e de afirmação da soberania nacional do Regime Militar, passava pela integração das regiões brasileiras, mas, para isso, era preciso conhecê-las e desvendá-las para, então, domá-las. É aí que entra o programa Amaral Neto, o Repórter.

Neste sentido, Krause aponta que os programas *Amaral Netto, o Repórter* retomavam permanentemente a mensagem de “que ‘o certo’ seria o desbravamento e ocupação imediata do vasto território nacional” e que o errado “seria deixar o território abandonado e inexplorado” (2013, p. 11). O formato do programa agregava o realismo das imagens a um discurso ufanista, por vezes dramático, por vezes otimista, mas acima de tudo grandiloquente, laudatório ao Regime e aos seus mandatários. O jornalista Paulo Henrique Amorim, em seu blog *Conversa Afiada*, lembra o trocadilho que representava bem o adesismo incondicional de Neto: “Amoral Nato, digo, Amaral Neto, o repórter... da ditadura”.

Segundo entrevista concedida pelo poderoso José Bonifácio de Oliveira Sobrinho, o Boni, à Folha de São Paulo, em 1998, o programa foi imposto pelos militares, mas havia negociação: “Deixa eu fazer tal novela, libera um pouco mais o

“Jornal Nacional”. Os militares diziam: “Tudo bem se vocês fizerem um programa que mostre as boas coisas do Brasil”. Completando, Boni afirma: “trabalhei muito no programa para poder engolir aquilo, para transformá-lo em aventura”. Podemos dizer que o programa, ainda que imposto como afirmou Boni, encaixou-se naquele contexto em que a busca por audiência não deveria contrapor-se aos ditames do Regime. Na visão de Kátia Krause, “*Amaral Netto, o Repórter* adaptou-se como uma luva à proposta ‘global’ de integração” e, complemento eu, ao projeto de Nação instaurado com o Golpe Militar. Segundo dados levantados pela pesquisadora, os cerca de mil programas exibidos em 15 anos, alcançaram expressivos índices de audiência, medidos pelo IBOPE, e considerável ressonância popular (2013).

Ainda que, hoje, o nome de Amaral Neto não seja muito falado, seu prestígio junto à elite civil e militar durante o período da Ditadura foi grande, e pode-se dizer que foi expressivo também junto aos milhões de telespectadores que o assistiam na TV Globo no horário nobre. Amaral Neto entrava nos lares brasileiros uma vez por semana levando a sua mensagem ufanista e pró-regime travestida de entretenimento. Ao mesmo tempo, o seu programa revestia-se de credibilidade pela qualidade técnica, pelo tom de seriedade, pelo espírito cívico e patriótico que emanavam dos textos e imagens que iam ao ar. Seu criador, se dirigia aos telespectadores em tom de conversa, falava com eles, criando um vínculo de amizade e confiança que legitimava a sua mensagem pró-ditadura, como bem atestam alguns áudios disponíveis na internet.

Neste sentido, podemos inferir que o programa cumpriu a sua missão de arauto do Regime Militar com eficiência e, ainda, como difusor de um projeto de nação que encontra eco ainda na atualidade. O jornalista experiente e o político arguto atuaram conjuntamente para o sucesso da atração, assim como a sua aliança bem dimensionada com o poder instituído e o seu *feeling* para lidar e atuar na mídia televisiva. O sucesso e a trajetória bem sucedida do programa, pavimentaram uma carreira política para o seu criador que durou até a sua morte, sempre afinado com a ideologia ultraconservadora.

As informações sobre o destino deste rico acervo de imagens são descontraídas. Segundo investigação feita por Krause, em 2011, o acervo de Amaral Neto foi comprado pela Fundação Nacional Pró-Memória, em 1988, atual FUNART; mas também há informações que parte dele se encontra no Arquivo Nacional e na Cinemateca do MAM/RJ (2013, p. 7). Os dados sobre o programa e seu criador figuram no site Memória Globo e em outros da emissora e, certamente esta mantém estes preciosos *videotapes* em seu centro de documentação. Mas o fato é que estes não es-

tão disponíveis na internet, encontramos apenas fragmentos de imagens de péssima resolução e um programa inteiro, que foi exibido em 1975, em alusão aos 11 anos do Golpe de Militar, o qual foge ao padrão do programa semanal, pois tem a forma de um documentário, que é narrado por Cid Moreira.

Portanto, a escolha por trazer o programa *Amaral Neto, o Repórter* para esse debate, antes de tudo passou pelas minhas memórias de infância na cidade do Rio de Janeiro, de criança de apartamento criada na frente da televisão. Por outro lado, o programa e seu criador parecem envoltos em uma nuvem, poucos lembram e as referências a eles, ainda que numerosas, são breves e pulverizadas. Trago também pois acredito que se constitui como um tema de pesquisa que pode e deve ser mais bem aproveitado, principalmente a partir de 2014, quando (des)comemoramos o Golpe Civil-Militar.

Revirar a memória dos “anos de chumbo” é importante para repudiá-los. Como afirmou Maria Aparecida Aquino no fechamento de seu trabalho clássico sobre a imprensa e censura...

É fundamental que se diga que a recuperação da memória de tempos de recrudescimento da dominação possibilita a emergência de estratégias diversificadas de resistência, recurso básico para um país que a todo momento precisa estar alerta na luta pela democratização plena e pelo alcance de sua dignidade que, por sua vez, só pode ser atingida em padrões ampliados de justiça social para o seu povo. A possibilidade de acesso à informação certamente tem um papel central em todo esse processo (1999, p. 257).

Por outro lado, anima-nos o fato exposto por Carlos Fico, que “é crescente o interesse de jovens historiadores e de estudantes de cursos de graduação em história pelos temas do período 1964-1985” (2004, p. 30). “Contar” esta história sob vários ângulos é fundamental para que tenhamos muito claro, nós que vivemos e os jovens que já nasceram em um país democrático, o significado da expressão “ditadura nunca mais!”.

Recebido em outubro de 2014, aprovado em fevereiro de 2015.

Referências Bibliográficas

ANDRADE, Thales Haddad Novaes de. A natureza brasileira nos anos 70: a estética agressiva de Amaral Netto. Terra Brasilis, Rio de Janeiro, v. V, n.6, p. 153-172, 2004.

AQUINO, Maria Aparecida de. Censura, imprensa, estado autoritário (1968-1978). Bauru: 1999.

BARACHO, Maria Luiza Gonçalves. Televisão Brasileira: uma (re)visão. Fênix—Revista de História e Estudos Culturais. Abril / Maio/ Junho de 2007 Vol. 4 Ano IV nº 2.

DANTAS, Audálio. A mídia e o golpe militar. Estudos Avançados. 28 (80), 2014. Dicionário Histórico-Biográfico Brasileiro – DHBB. <http://www.fgv.br/cpdoc>

FICO, Carlos. Versões e controvérsias sobre 1964 e a ditadura militar. Revista Brasileira de História, vol. 24, nº 47, Jul./2004.

GOMES, Itania Maria Mota. O Jornal Nacional e as estratégias de sobrevivência econômica e política da Globo no contexto da ditadura militar. In: Revista FAMECOS - Dossiê Ditadura. Porto Alegre, v.17, n.2, p.5-14, maio/agosto 2010.

<https://argemiroferreira.wordpress.com/2010/04/03/a-globo-e-a-ditadura-militar-segundo-walter-clark/>

<http://www.conversaafiada.com.br/pig/2013/04/01/globo-e-ditadura-militar-segundo-walter-clark/>

<http://www1.folha.uol.com.br/fsp/ilustrad/fq18059804>

<http://memoriaglobo.globo.com/>

<http://memoriasoswaldohernandez.blogspot.com.br/>

<http://www.navioseportos.com.br/amaralneto>

<http://oglobo.globo.com/blogs/nostalgia>

KRAUSE, Kátia, Amaral Netto, o Repórter – o Brasil na televisão, de 1968 a 1983 Anais XXVII Encontro Nacional de História. Natal: ANPUH, 2013.

MELO, Demian B. Ditadura “civil-militar”?: controvérsias historiográficas sobre o processo político brasileiro no pós-1964 e os desafios do tempo presente. Espaço Plural. Ano XIII, Nº 27, 2º Semestre 2012. p. 39-53

MORAES, Livia Assad de. Ditadura militar: a memória jornalística como parte da revisão histórica. Revista Brasileira de História da Mídia (RDHM). v.3, n.2, jul./2014 - dez./2014.

REIS, Daniel Aarão. Ditadura, anistia e reconciliação. Estudos Históricos. Vol.23, no.45, Rio de Janeiro, Jan./Jun 2010.